

RISCOS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO EM TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA, O CASO DA EUROCIDADE BADAJOZ, ELVAS E CAMPO MAIOR (EUROBEC)



INTERRA
Research Institute for Sustainable
Land Development



EUROBEC
Research Institute for Sustainable Land Development

João Garrinhas
Universidade de Extremadura
jpgr32@hotmail.com

José Manuel Pérez Pintor
Research Institute for Sustainable Land Development
Universidade de Extremadura
jimperpin@unex.es

Introdução

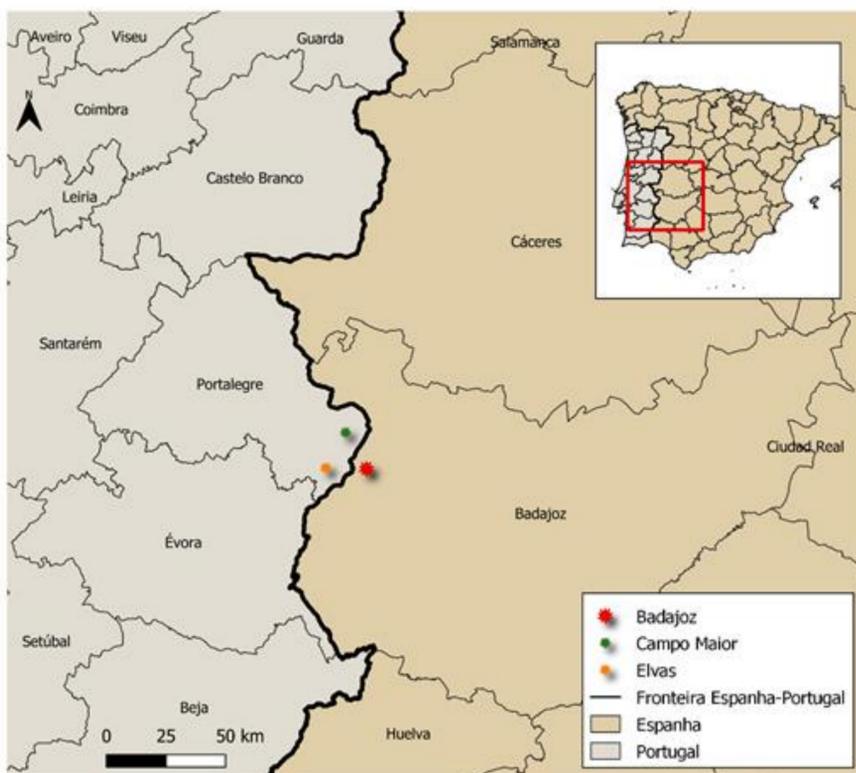
Recentemente, algumas das regiões de fronteira da Europa, em forte regressão demográfica e económica, ganham crescente protagonismo territorial e económico no contexto da Política Regional e de Coesão Europeia, e no âmbito de programas de financiamento comunitários, de onde decorrem novas centralidades económicas e urbanas, integradas em grandes eixos transeuropeus multimodais e logísticos (de uma escala global), desenvolvidas em torno de estruturas de governação, como as eurocidades, euroregiões e Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), e que incorporam a promoção de ações estratégicas transfronteiriças de qualificação destes territórios, ao nível de serviços e equipamentos, que contemplem, entre outros, para a mitigação de potenciais riscos e catástrofes naturais e humanos, entre centros urbanos de pequena e média dimensão, como a Eurocidade Badajoz, Elvas e Campo Maior (EUROBEC).

Objetivos

O objetivo deste estudo visa diagnosticar e identificar as características do meio local, aferindo qual a possibilidade de ocorrência de determinados riscos e catástrofes naturais a nível local, transfronteiriço nacional e internacional. Procura também dar a conhecer as complementaridades e interdependências entre as instituições deste território transfronteiriço na resolução e mitigação dos problemas de segurança associados as alterações climáticas, incluindo os que decorrem em espaço urbano.

Área de Estudo

A EUROBEC é um território transfronteiriço com uma área 2.340 Km². 62,6% desse território está integrado no município de Badajoz. Elvas representa 26,9% do território e Campo Maior, constitui 10,5%. A densidade populacional é de 78 Hab./Km². Este território fronteiriço localiza-se no corredor do Sudoeste Ibérico importante área geo-económica, cultural, social, de inovação e ambiental, entre a vasta Meseta e a o Oceano Atlântico, e os rios Tejo e Guadiana.



Metodologia

Foi implementado um diagnóstico para aferir o grau de integração e convergência transfronteiriça na EUROBEC e o potencial que encerra em termos de complementaridade de redes formais, menos oficiais ou privadas de governação na mitigação dos riscos, apresentando um esquema de análise territorial. Finalmente foi elaborada uma visão estratégica com a definição de áreas de complementaridades que permite determinar a eliminação de duplicações, o aprofundamento de especializações de determinadas funções ou a constituição e aprofundamento de complementaridades que possam dotar esta conurbação de uma maior eficiência urbana, crescentes níveis coesão económica, social e territorial e de uma maior competitividade, conferindo maior potencial deste território em matéria de segurança.

Resultados

Será importante transformar a EUROBEC num AECT com vista a dotar este território de um conjunto de equipamentos e serviços, otimizando os recursos financeiros europeus. Neste âmbito em termos de abordagens de riscos e segurança deve privilegiar-se a constituição de um modelo de gestão e governação digital próximo do Smart City. Uma plataforma e comunidade digital integrada em rede, centrada na identificação e localização riscos, definição de estratégias de ação, difusão de informação sobre os riscos e operações de proteção civil e comunicação entre instituições, que contemple a integração territorial e complementaridades ao nível de equipamentos, infraestruturas e serviços na área riscos. De facto, face a este conjunto de vulnerabilidades das cidades, deverão ser incorporados processos de planeamento e ordenamento estratégico do território mais inovadores e que incorporem uma importante componente de prevenção de riscos, que compatibilize o planeamento estratégico de longo prazo, com a necessidade de responder aos problemas mais imediatos dos riscos e segurança das cidades e dotar o espaço urbano de uma maior resiliência e sustentabilidade em termos de proteção civil.

Na mobilização dos diferentes ativos instituições deste território é fundamental a implementação de novos modelos de governança multiníveis, que envolvam instituições públicas e privadas, dos três municípios e no desenvolvimento de determinados projetos comuns nas áreas dos riscos, impedindo a duplicação de infraestruturas, serviços e funções urbanas, como as intervenções como a partilha de serviços de saúde ou a mitigação de riscos nas regiões e centros urbanos transfronteiriços da Europa em áreas como as inundações, ações de combate a incêndios, instrumentos de cooperação transfronteiriça em matéria policial ou de bombeiros (112). Projetos com um perfil transfronteiriço que se podem aprofundar e dinamizar no contexto do Border Focal Point da Comissão Europeia. Concomitantemente tendem a perfilar-se novas tipologias de risco associadas a equipamentos e estrutura intermodais e de mercadorias, logística e empresas.

Conclusão

Nas áreas de fronteira a partilha de serviços e de equipamentos permite a otimização de recursos e de economias de escala, dotando estes territórios de uma maior qualificação, nas mais distintas áreas, incluindo a mitigação dos riscos, tanto mais importante, quando se ampliam e diversifica a origem dos riscos, muito ligado a fatores naturais, decorrentes das alterações climáticas, mas também existentes nos espaços urbanos.

A potencialização destas intervenções requer uma ampla intervenção de diversas instituições e organizações públicas e privadas, multinível, que em função da gravidade poderá incorporar componentes locais, nacionais e internacionais (exemplo do incêndios). As relações de governação transfronteiriça devem constituir, cada vez mais, uma área prioritária de intervenção no combate aos riscos, privilegiando a inclusão desta temática nos Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT).

